

ATA DA 26ª REUNIÃO DO COMITÊ EXECUTIVO DO PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

Data: 16 de janeiro de 2008

Horário: 13h00 às 15h00

Local: ANBID
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.179/11 - São Paulo/SP

Participantes:

MPAS	Helmut Schwarzer
MPAS	Delúbio Gomes
CESA	Celso Azzi
CONSULTOR	José Cechin
UGT	John Fernandes
CESA	Mário Delgado
ABRAPP	Antonio Jorge Vasconcellos da Cruz
ABRAPP	Devanir Silva
ACSP	Marcel Solimeo
ANBID	Luiz Kaufman
ANDIMA	Alfredo Neves Penteadó Moraes
BM&F	Marcelo Salgado
BOVESPA	Raymundo Magliano Filho
BOVESPA	José Roberto Mubarack
CETIP	Antônio Carlos F. Teixeira
CNI	Flávio Castelo Branco
CNI	Mário Sérgio Carraro
CNF	Gabriel Jorge Ferreira
FECOMÉRCIO	Antonio Carlos Borges
FENAPREVI	Luiz Peregrino
IBMEC	Carlos Antonio Rocca
IBMEC	Enio Carvalho Rodrigues
COORDENADOR	Thomás Tosta de Sá

O Coordenador deu início à reunião agradecendo a presença de todos em especial a do Secretário da Previdência, Dr. Helmut Schwarzer, e leu a seguir a pauta da reunião comentando que os cadernos distribuídos continham documentos relativos aos diversos itens da pauta.

Pediu a seguir que o Dr. Enio Rodrigues, vice-presidente do IBMEC, relatasse a nova composição do Comitê Executivo e sua estrutura administrativa.

O Dr. Enio expôs que com a impossibilidade da BOVESPA continuar arcando sozinha com todas as despesas e estrutura administrativa do Comitê Executivo, para que se desse prosseguimento nos seus trabalhos o IBMEC se propôs a celebrar convênios com as entidades que desejassem contribuir para o seu suporte financeiro-administrativo.

Disse que 13 entidades, IBMEC, ABRAPP, ACSP, ANDIMA, ANBID, BM&F, BOVESPA, CETIP, CNI, FECMÉRCIO, FEBRABAN, FENAPREVI, FENASEG já estavam desde novembro dando essa contribuição e que a ABRASCA passaria a fazê-lo à partir de março.

Mencionou, ainda, que outras entidades convidadas ainda estavam para dar resposta.

Propôs a seguir que se convidassem outras entidades atuantes no mercado de capitais (APIMEC, ABVCAP, IBGC, IBRI, AMEC, ANCOR E ADEVAL) que haviam indicado que o orçamento de suas associações não comportavam o pagamento das contribuições que vinham sendo feitas pelas entidades membro do nosso Comitê Executivo.

Foi aceita a proposta mediante uma contribuição de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) aproximadamente 50% da atual contribuição.

A seguir, o coordenador retomou o próximo item da pauta que tratava do GT da Previdência, dizendo que logo após a conclusão do Fórum da Previdência o GT se reunira recomendando que se desse continuidade, durante 2008, a um trabalho de sensibilização do governo, da sociedade e dos partidos políticos sobre a oportunidade política que se apresentaria após as eleições municipais, e início de 2009 para que o Executivo encaminhasse ao Congresso uma nova proposta do Modelo Previdenciário.

Indicou que no caderno distribuído se encontravam a ata da reunião, o documento do encerramento do fórum, os princípios e recomendações para o novo modelo previdenciário entregue pelas Confederações Empresariais ao Ministro da Previdência e apresentado no fórum e a proposta elaborada pelo GT da Previdência do PDMC e que já contava com o apoio de algumas confederações. Insistiu, a seguir, que o primeiro passo nesse sentido seria obter o apoio e o engajamento dos presidentes de todas as Confederações Empresariais a essa proposta e que a partir daí se fizesse o trabalho junto ao governo e partidos políticos em defesa da mesma. Comentou, ainda, que estavam presentes dois representantes da UGT-União Geral dos Trabalhadores, cujo presidente Ricardo Patah participou desde o início como membro do Comitê Executivo, e com sua equipe, da elaboração da proposta, na época representando a Força Sindical, e que seria fundamental contarmos com o apoio dele e de outras lideranças sindicais a essa proposta.

Pediu a seguir que o Dr. Celso Azzi do GT da Desconsideração da Pessoa Jurídica relatasse a questão, com a apresentação da minuta desse projeto de lei que já foi encaminhada ao Senhor Marco Maciel para apresentação ao Senado.

Após relatar a gravidade do problema para toda a atividade empresarial pediu ao Dr. Mário Delgado que comentasse as justificativas técnicas tratadas no anteprojeto.

O Dr. Gabriel Jorge Ferreira, presidente da CNF, comentou sobre a importância de obtermos aprovação no Congresso da regulamentação dessa matéria e de outras

questões importantes em tramitação em projetos de lei no Congresso, que mereciam a atenção de todas as entidades presentes.

O coordenador falou a seguir sobre a constituição de novo GT voltado para a solução do financiamento de habitação para as classes D e E, utilizando-se de instrumentos do mercado de capitais e de modelo de parcerias público privadas. Pediu que as entidades indicassem nomes para participarem do GT, Disse que o caderno distribuído continha um trabalho do SINDUSCON do RJ sobre essa questão assim como um artigo do Dr. Ruy Schneider sobre o novo conceito desses mini-bairros voltados para a população favelada, bem como um relatório da visita ao México feita pelo Dr. Roberto Kauffmann, presidente do SINDUSCON-RJ. APIMEC, ABVCAP, IBGC, IBRI, AMEC, ANCOR E ADEVAL

Concluiu dizendo que o déficit residencial no Brasil é de 8 milhões de casas, 90% das quais deveriam ser destinadas as classes D e E, e que o Rio de Janeiro, que conta hoje com mais de 1/3 de sua população favelada poderia servir de projeto piloto para esse novo modelo de financiamento. Entidades do governo e do mercado imobiliário serão convidadas para participar do GT.

O Dr. Alfredo Moraes enfatizou que a nossa contribuição deve ser feita através da utilização de instrumentos do mercado de capitais e o Dr. Gabriel Jorge Ferreira disse que a CNF tinha um estudo elaborado pela Accenture sobre o tema e que ele nos seria encaminhado estando disponível para participar de uma reunião do GT.

O coordenador falou a seguir que o documento anteriormente apresentado ao comitê sobre Avanços e Continuidade do PDMC já continha um conjunto de propostas além das mencionadas nos três grupos de trabalho, mas que se alguma das entidades desejasse apresentar alguma nova proposta poderia fazê-lo.

O Dr. Devanir Silva da ABRAPP comentou sobre a criação de um grupo de trabalho no âmbito do governo sobre educação no mercado de capitais. O Dr. Alfredo Moraes disse que a ANDIMA tinha sido convidada para participar do grupo que estava sendo coordenado pela CVM. O coordenador Thomás Tosta de Sá, ficou de obter mais esclarecimentos sobre a atuação do grupo.

A seguir o Prof. Carlos Rocca do IBMEC falou sobre os dois projetos incluídos no plano de ação que estão sob a responsabilidade do CODEMEC, do IBMEC: o relatório do mercado de capitais que já conta com um convênio IBMEC-CVM e o Fórum do Mercado de Capitais. Pediu, ainda, a cooperação de todas as entidades para esses dois projetos.

O Dr. Gabriel Jorge Ferreira fez uma exposição a seguir sobre “Securitização de Recebíveis e do Patrimônio Imobiliário da União/Previdência.

Disse que desde o governo FHC vinha tentando implementar esse projeto que necessitaria de lei a ser votada no congresso para desafetação dos referidos bens.

O ex Ministro José Cechin e o Secretário Helmut comentaram que também já haviam analisado o assunto, mas que dependeria sim da nova legislação alterando inclusive o Código Tributário.

Foi a seguir dada a palavra ao Dr. Helmut Schwarzer que fez um breve relato dos pontos positivos alcançados no Fórum e da reunião que o Ministro da Previdência e ele tinham tido com o Presidente Lula.

Disse que o Presidente que marcar uma reunião com as bancadas dos trabalhadores e empresários para ouvir deles os resultados obtidos no fórum.

O Secretário comentou ainda sobre mudanças legislativas infraconstitucionais que poderiam ser encaminhadas ao Congresso e que aliviariam as despesas da

Previdência. Citou como exemplo que 14% dos contribuintes da previdência encontravam-se recebendo benefícios previdenciários de auxílio doença e de aposentadoria por invalidez e que esse número era muito maior do que em outros países aonde a percentagem atinge 7%.

Os representantes da UGT se manifestaram sobre o assunto, pedindo que fossem enviados pelo Secretário informações mais detalhadas e ressaltando que há necessidade de melhoria no campo da saúde e de prevenção contra acidentes para que essas despesas não sejam tão elevadas.

O Dr. Alfredo Moraes ressaltou as vantagens do modelo misto repartição/capitalização dentro do INSS do ponto de vista dos impactos fiscais positivos.

O ex Ministro Cechin enfatizou a urgência de encaminhamento ao Congresso de uma nova proposta de modelo previdenciário ressaltando que os impactos fiscais relevantes só seriam percebidos daqui a mais de 50 anos.

O Secretário Helmut voltou a enfatizar que os impactos da mudança demográfica no Brasil e outros países da América Latina estavam ocorrendo muito mais rapidamente do que ocorreu nos países desenvolvidos e que mudanças de impacto de longo prazo teriam que ser feitas na Previdência.

Antes de encerrar a reunião o Dr. Magliano, presidente da BOVESPA, enfatizou a importância da melhoria da gestão pública e propôs a inclusão desse tópico no âmbito do PDMC. Ficou ainda de encaminhar estudo elaborado pela FGV sobre as experiências da Austrália e Nova Zelândia.

Após os comentários finais do Secretário Helmut o coordenador agradeceu novamente a participação de todos e encerrou a reunião.

São Paulo, 16 de janeiro de 2008.

Thomás Tosta de Sá
Coordenador do Comitê Executivo do
Plano Diretor do Mercado de Capitais